



A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC

A Empresa Reprocópia Comércio Representações e Assistência Técnica Ltda., CNPJ nº 86.524.352/0001-61, sediada Rua Gabriel Rodrigues, 693 – Santa Cecília, Juiz de Fora/MG, por intermédio do seu representante legal abaixo-assinado, vem à presença de **V.Sa. TEMPESTIVAMENTE, IMPUGNAR** o edital do **Pregão Eletrônico nº 262/2023**, com amparo no Artigo 164 da Lei 14.133/2021 e decretos correlatos e também em consonância com o item 4.1 do Edital expondo para tanto os fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

PREAMBULO

Face o edital acima, pelas razões a seguir, requerendo para tanto sua apreciação, julgamento e admissão. Por ter plena convicção de que o processo licitatório em tela trará prejuízos à Administração Pública, conforme restará demonstrado adiante, oferecemos esta peça com o intuito de evitar que um processo licitatório com equívocos e dúvidas técnicas e operacionais se adentre no mundo da coisa jurídica.

Portanto, cabe, neste sentido, ao cidadão provocar e informar o poder público das questões em que possam ensejar estas ilegalidades. Logo, a necessidade de alteração ou cancelamento do processo licitatório mencionado.

DA TEMPESTIVIDADE

O recurso ora apresentado está em consonância com a legislação pertinente à matéria de licitações públicas, inclusive, estando dentro do prazo instituído pela Lei de Licitações.

Dessa forma, merece, tempestivamente, ser contestado para que receba as devidas alterações, de forma a apresentar-se em consonância com os princípios norteadores da atividade pública e com sistema de licitações vigente.

DOS FATOS E DO DIREITO

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O Edital em seu item 10.3 – subitem 10.4.1.1 preve:

“Comprovar a boa situação financeira da empresa através de apresentação de balanço patrimonial de forma que seja possível calcular os índices econômicos referentes a Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente superiores a 1 (um) e/ou que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor de referência para o Lote pretendido”



Ocorre que a licitação em tela tem seu valor sigiloso, o que impossibilita as licitantes com índices inferiores a 1 saberem se conseguiram comprovar os 10º de capital mínimo ou patrimônio líquido, dessa forma, para se evitar a participação indevida de uma empresa que se enquadra nessa situação, torna-se imperioso que a Administração torne público o valor estimado para a contratação.

DA OMISSÃO DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO

Em relação ao edital, verifica-se que a licitante provisoriamente em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro para a realização da prova de conceito, ocorre que houve um omissão no edital, pois o mesmo não determina quantos dias a licitante terá até ser convocada, dessa forma, para que não ocorra um prazo **exíguo para a realização dessa prova**, e a fim de se respeitar a razoabilidade e a boa-fé objetiva do presente certame, visto que a ausência de prazo determinado, pode incorrer em perda do processo, solicitamos que o SESC defina antes da abertura do pregão um prazo mínimo para a realização da prova de conceito, de forma a permitirem as licitante se prepararem antecipadamente para executar essa prova

DA ACEITAÇÃO DE APENAS 01(UM) FABRICANTE PARA OS EQUIPAMENTOS DO TIPO I, II E III

A Administração acabou por restringir e direcionar ainda mais o presente processo ao estabelecer que sejam ofertados apenas 1(um) único fabricante de equipamentos para os Tipos I, II e III, isso porque, a exigência acima citada combinada com as especificações técnicas mínimas previstas em edital restringe a proposta de equipamentos de fabricantes de renome no mercado, como é o caso dos fabricantes: Xerox, Lexmark, Canon, Brother, Kyocera, Ricoh. Sendo a mesma apenas atendida na íntegra com o Fabricante HP

Exigência de que todos os equipamentos licitados devem ser de um único fabricante, acaba por impor uma restrição, pois a possibilidade de uma eventual combinação de equipamentos de fabricantes diferentes pode garantir uma maior vantagem econômica, para administração além de ampliar a competitividade.

Dessa forma, deve a administração permitir a oferta de pelo menos 2(dois) Fabricantes de equipamentos para os Tipos I, II e III.

DA RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO EM DECORRÊNCIA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS

Ao descrever o objeto do certame, a Administração transcreveu em seu termo de Referência suas necessidades, ocorre que seguindo as especificações técnicas almejadas, o



órgão acabou por restringir a participação de grandes Fabricantes, prejudicando assim licitantes interessados, que possam eventualmente oferecer o melhor produto em consonância com os princípios da eficiência e economicidade.

Ou seja, em análise às especificações técnicas é de fácil verificação que existem exigências limitadoras ao número de participantes, pois se faz notório um **CLARÍSSIMO DIRECIONAMENTO DO EDITAL PARA MARCA HP**, mitigando a participação de diversas empresas e marcas disponíveis no mercado de informática.

Dessa forma, a Administração estaria vedando a participação de fornecedores de produtos com qualidades idênticas, ou até de características superiores ao exigido, pelo menor preço, com as mesmas finalidades a que serão destinadas os referidos equipamentos para as atividades deste órgão.

Veja-se que existem muitos modelos de Multifuncionais que apesar de conter especificações até mesmo superiores, não atenderão o edital, pelo fato do mesmo exigir especificações que são exclusivas e outras restritivas à participação de fornecedores, de modo que há que se poder alterar o edital, a fim de aumentar a competitividade do certame e garantir a contratação mais vantajosa para a Administração.

A Administração restringiu seu edital, conforme abaixo exposto:

Especificações

EQUIPAMENTO TIPO 1 – IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL POLICROMATICA A3

- ✓ **RTE025 - Deve possuir disco rígido de no mínimo 320GB;**

Em relação a especificação acima, alguns Fabricantes utilizam da tecnologia SSD/SD CARD dessa forma visando a oferta de outros Fabricantes sugere-se que além do disco rígido sejam aceitos a tecnologia SSD/SD CARD, uma vez que tal alteração não compromete o nível de qualidade esperada pelo SESC

- ✓ **RTE028 - Deve permitir volume mensal de impressão de no mínimo de 30.000 páginas;**

Ao estabelecer um ciclo mensal recomendado pelo Fabricante de no mínimo 30.000 páginas a Administração acabou por obrigar as licitantes a oferta de equipamentos muito superiores, com, por exemplo, com velocidade de 60 e 70ppm, algo que a administração não pode permitir, pelo fato do valor desses equipamentos ser muito superior ao equipamento exigido com velocidade de 35ppm.



Dessa forma, para que as licitantes possam ofertar equipamentos condizentes com o porte exigido é de suma importância que esse volume mensal de impressão seja reduzido, sendo assim, pedimos que o mesmo seja alterado para 15.000 páginas.

- ✓ **RTE040 - Deve permitir salvar digitalização em pasta na rede nos formatos Envio digital: PDF, JPEG, TIFF, PDF pesquisável (OCR), PDF/A pesquisável (OCR), HTML (OCR), CSV (OCR);**

De modo a ampliar a participação de mais fornecedores, descaracterizando o direcionamento pelo Fabricante específico da Marca HP e restringindo o caráter competitivo da licitação, solicitamos a REVISÃO E ALTERAÇÃO das especificações acima tendo em vista que **OS FORMATOS DE ENVIO HTML(OCR), CSV (OCR) SÃO FORMATOS EXCLUSIVOS DO FABRICANTE HP, DESSA FORMA SOMENTE ESSA MARCA PODERÁ ATENDER COM PLENITUDE AS ESPECIFICAÇÕES, IMPOSSIBILITANDO A MESMA SORTE AS DEMAIS MARCAS EXISTENTES NO MERCADO TAIS COMO XEROX, RICOH, CANON, KYOCERA, O QUE É EXPRESSAMENTE ILEGAL, DEVENDO PORTANTO A MESMA SER EXCLUIDA.**

- ✓ **RTE050 - Deve permitir cópias contínuas de 1 a 9999.**

O edital exige a oferta de um equipamento considerado como Médio Porte, ocorre que em relação ao item acima, o mesmo é característica de Equipamentos de Grande Porte, sendo assim, tal exigência não condiz com o porte de equipamento solicitado, dessa forma para as especificações ficarem de acordo com o porte exigido, sugere-se que sejam alterados para cópias contínuas de 1 a 9999, de forma a permitir a oferta dos Fabricantes Ricoh e Canon.

EQUIPAMENTO TIPO II – IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A4

- ✓ **RTE058 - Deve possuir velocidade mínima de impressão de 48 ppm em A4 e Carta;**

Ao analisar as especificações técnicas dos demais tipos de equipamentos exigidos no edital, nota-se que a Administração permitiu que a velocidade fosse atendida no formato A4 ou Carta e não em ambos os formatos como está sendo exigido para esse equipamento.

É sabido que a velocidade em Carta e A4 são diferentes em todos os Fabricantes, o que consequentemente pode obrigar a oferta de equipamentos superiores para atendimento da velocidade em ambos os formatos, dessa forma, visando padronização das especificações almejadas pelo SESC que para esse tipo de equipamento sejam aceitos que a velocidade seja atendida no formato CARTA OU A4, como permitido nos equipamentos do tipo I e III.



Tal solicitação se justifica visando ampliar a concorrência e em nada compromete o nível de qualidade esperada pelo SESC.

✓ **RTE065 - Deve possuir disco rígido de no mínimo 320GB;**

Em relação a especificação acima, alguns Fabricantes utilizam da tecnologia SSD/SD CARD dessa forma visando a oferta de outros Fabricantes sugere-se que além do disco rígido sejam aceitos a tecnologia SSD/SD CARD, uma vez que tal alteração não compromete o nível de qualidade esperada pelo SESC

✓ **RTE072 - O equipamento deverá suportar os seguintes tipos de mídia: papel, transparência, etiqueta, cartões e envelopes;**

Mais uma especificação restritiva, pois nos dias atuais, em virtude da facilidade de se usar recursos digitais de apresentação (como Microsoft PowerPoint) o uso de mídias do tipo transparência praticamente foi abandonado e provavelmente também não é utilizado pelo SESC. Por este motivo, a maioria dos Fabricantes de equipamentos do porte compatível com o exigido no edital já não fabricam mais equipamentos que suporte esse tipo de mídia, dessa forma solicitamos que a exigência da mídia TRANSPARÊNCIA seja EXCLUÍDA a fim de não caracterizar direcionamento e ampliar a competição .

✓ **RTE081 - Deve permitir salvar digitalização em pasta na rede nos formatos Envio digital: PDF, JPEG, TIFF, PDF pesquisável (OCR), PDF/A pesquisável (OCR), HTML (OCR), CSV (OCR);**

De modo a ampliar a participação de mais fornecedores, descaracterizando o direcionamento pelo Fabricante específico da Marca HP e restringindo o caráter competitivo da licitação, solicitamos a REVISÃO E ALTERAÇÃO das especificações acima tendo em vista que **OS FORMATOS DE ENVIO HTML(OCR), CSV (OCR) SÃO FORMATOS EXCLUSIVOS DO FABRICANTE HP, DESSA FORMA SOMENTE ESSA MARCA PODERÁ ATENDER COM PLENITUDE AS ESPECIFICAÇÕES, IMPOSSIBILITANDO A MESMA SORTE AS DEMAIS MARCAS EXISTENTES NO MERCADO TAIS COMO XEROX, RICOH, CANON, KYOCERA, O QUE É EXPRESSAMENTE ILEGAL, DEVENDO PORTANTO A MESMA SER EXCLUIDA.**

EQUIPAMENTO TIPO III – IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA A4

✓ **RTE101 - O equipamento deverá suportar os seguintes tipos de mídia: papel, transparência, etiqueta, cartões e envelopes;**

Mais uma especificação restritiva, pois nos dias atuais, em virtude da facilidade de se usar recursos digitais de apresentação (como Microsoft PowerPoint) o uso de mídias do tipo transparência praticamente foi abandonado e provavelmente também não é utilizado pelo SESC. Por este motivo, a maioria dos Fabricantes de equipamentos do porte compatível com o exigido no edital já não fabricam mais equipamentos que suporte esse tipo de mídia, dessa



forma solicitamos que a exigência da mídia TRANSPARÊNCIA seja EXCLUÍDA a fim de não caracterizar direcionamento e ampliar a competição .

Deixamos claros que dentre os tradicionais Fabricantes de Multifuncionais e Impressoras, **apesar dos FABRICANTES** possuírem alguns Equipamentos que atendem a algumas exigências, os mesmos **NÃO POSSUEM EQUIPAMENTOS** capazes de atender na integralidade as exigências aqui impugnadas, portanto, ficarão fora dessa disputa, por isso faz necessário tais modificações, de forma a permitir a ampla participação e **DESCARACTERIZAR O DIRECIONAMENTO PELO FABRICANTE HP.** (grifo nosso)

O critério estabelecido pela Administração torna-se infundado, pois acaba ocasionando a limitação da quantidade de fabricantes, tornando-se, na verdade, a oferta de propostas mais onerosas para a Administração, no momento em que as licitantes perderão drasticamente o poder de negociação com os fabricantes que representam, uma vez que somente a Marca HP possui modelos de equipamentos com as características mínimas exigidas no edital.

Neste cenário atual que a Administração propõe, as licitantes interessadas encontrar-se-ão limitadas a oferta de **FABRICANTE QUE NÃO ATENDEM AO EDITAL OU SOMENTE DOS DISTRIBUIDORAS DA MARCA HP**, afetando diretamente os primordiais princípios das licitações públicas, não podendo justificar-se e utilizar-se de critérios para simples comodidade do usuário final sobreponem o maior interesse na contratação, **que e o do interesse Público e do Erário Estadual.**

Por oportuno, cumpre complementar e informar que devem ser escolhidas características e atributos técnicos indispensáveis à contratação, ao passo que a lei não admite **a preferencia por determinada marca em razão de prevalecer o princípio de igualdade entre os fornecedores.** (grifo nosso)

Vale trazer a colocação a valiosa lição do saudoso Hely Lopes Meirelles, que assevera:

O que o princípio da igualdade entre os licitantes veda é a cláusula discriminatória ou o julgamento faccioso que desigualar os iguais ou iguala os desiguais, favorecendo a uns e prejudicando a outros, com exigência inúteis para o serviço p[público, mas com destino certo a determinados candidatos. Essa é a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre perseguição ou favoritismo administrativo, desigualando os proponentes por critérios subjetivos de predileção ou repúdio pessoal do administrador, mas sem nenhum



motivo de interesse público e sem qualquer vantagem técnica ou econômica para a Administração. Daí porque a lei regulamentar da ação popular considera nulo o contrato resultante de edital em que “forem incluídas cláusulas ou condições que comprometam o seu caráter competitivo” (lei 4.717, de 1965, art. 4º, III, “b”), o que está reiterado no art. 3º, § 1º, I e II da lei 8.666, de 1993. (art. Cit. In Licitação e Contrato Administrativo, 14ª Edição, Ed. Malheiros, p. 35, São Paulo /2006.

Neste contexto, sugerimos que as exigências do presente edital sejam removidas, demonstrando apenas a necessidade do Órgão, descrevendo as exigências técnicas mínimas para atender o interesse público, **sem a restrição de fabricantes, permitindo que outros fabricantes também possam ter os seus modelos cotados.**

Diante de todo o exposto, está aqui demonstrado que **o Edital está maculado de vício insanável de tal forma que somente que prejudica completamente o caráter competitividade. O que a Administração não pode permitir, pois a mesma também certamente irá sair prejudicada.**

Uma vez que as especificações técnicas são apenas restritivas e não conferem semelhança aos produtos tidos como bem comum, já que as especificações exigidas **do produto licitado não possuem produtos compatíveis com as especificações de outros Fabricantes**, devem ser aceitas as sugestões de alterações, de forma a possibilitar outras licitantes que não representem a Marca Ricoh, Xerox, Canon, Kyocera.

Assim, deve-se alterar as especificações técnicas ora impugnadas

Tais especificações restringem o caráter competitivo da licitação e é contrária ao que determina a legislação, não podendo ser tolerada, nem mantida no instrumento convocatório tais exigências, não possuindo ainda qualquer finalidade.

Certo é também que o presente pregão terá sua competitividade ampliada com a simples alteração no edital, que nada prejudicará o andamento do certame. Excluindo exigência ilegal terá garantido o interesse público, já que a competitividade e legalidade, obrigatoriamente, devem ser perseguidos.

Não pode o Edital conter exigências incompatíveis com a legislação como é o caso das exigências ora impugnadas, devendo, pois, ser excluídas/modificadas, já que valendo tal item



conforme previsto no edital, muito provavelmente levará o processo a uma situação de favorecimento.

Muitas licitações já foram liminarmente sustadas em decorrência de direcionamento e restrição, por conter exigências ilegais. Pois as restrições decorrentes de excesso de exigências são incompatíveis com o Princípio da Competitividade, e é um instrumento eficaz de direcionamento de licitação.

A lei impede que se façam exigências que não sejam razoáveis.

Importante registrar que as alterações das especificações aqui impugnadas em nada comprometerá a eficiência do certame, ao contrário, com a alteração das abandona-se o vício apresentado no edital, alcançando-se a competitividade e legitimidade do certame, apresentando-se um processo legítimo, respeitador ao texto legal e aos princípios que regem as licitações públicas. É o que se espera.

Pois a limitação de empresas licitantes, esta Administração poderá sofrer prejuízos, uma vez que eventualmente ocorrerá violação ao Princípio da Economicidade. Conforme expusemos, as especificações exigidas no edital maculam o presente certame, pois viola o princípio da economicidade e também a concorrência que os participantes devem ter, pela plena oferta de produtos e equipamentos que atenderiam o edital, caso fossem realizadas alterações mínimas, de forma a aumentar a competitividade.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A diminuição do número de concorrentes inevitavelmente ocasionará em uma substancial elevação do preço dos produtos, causando vultosos prejuízos a própria Administração.

Fica evidente que as exigências contidas no edital representam óbice à participação de muitos concorrentes com proposta mais vantajosa à Administração, o que atenta contra a exigência legal.

No mesmo sentido caminha a regra contida no art. 9º da Lei 14.133/2021

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:



I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, **restringam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório**, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas; (*grifo nosso*)

Portanto, o que se pretende é que a finalidade do certame possibilite a aquisição mais vantajosa para a Administração. Ocorre que, como demonstrado na presente impugnação, as exigências estabelecidas ferem o caráter de competitividade, a medida que afasta a definição de bens e serviços comuns.

Sendo que de acordo com o artigo 6º, inciso XII da Lei 14.133/2021

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

São comuns, para fins de adoção do pregão, os objetos que possuem três atributos básicos, a saber: aquisição habitual/rotineira da Administração Pública; apresentação características que encontrem no mercado padrões usuais de especificação e possibilidade de julgamento objetivo pelo menor preço.

Leciona Joel de Menezes Niebuhr:

“Bem e serviço comum são aqueles que possam ser definidos no edital por meio de especificações objetivas, que se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no mercado, sem que variações de ordem técnica eventualmente existentes entre os bens e serviços ofertados por diversos fornecedores que atendam a tais especificações objetivas sejam importantes ou decisivas para a determinação de qual proposta melhor satisfaz o interesse público e desde que a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afete a análise da qualidade do objeto licitado ou importe prejuízos ao interesse público.”

Destarte, no caso em comento, as exigências que constam nos termos editalícios se mostram irregulares e abusivas, pois está desalinhada à finalidade que a Administração almeja, tendo como única consequência o afastamento da maioria dos licitantes do certame, o que somente trará prejuízos a Administração.



Restam claras, as desconformidades do ato convocatório com a legislação vigente. Sendo assim, a licitação não poderá continuar com estas irregularidades previstas nas especificações técnicas do item a ser adquirido.

Desta forma, amparada nas legislações que norteiam o procedimento de licitação e na doutrina majoritária, a impugnante demonstrou que são incompatíveis a permanência de determinadas disposições no presente edital convocatório, pois tais convalidam de ilegalidades.

O presente edital esta sendo impugnado por possuir em seus **ITENS ACIMA TRANSCRITOS** – excesso de exigência, configurando exigência ilegal, condição e exigência que atua em detrimento ao interesse público, caracterizando direcionamento, devendo a exigência ser excluída, vez que, caso não ocorra tal exclusão, o que se admite somente em debate, certamente o processo de licitação estará revestido de vício de ilegalidade, ensejando, portanto, sua anulação, já que direcionar o objeto a empresa específica e/ou restringir participação no processo licitatório é ilegal.

Permanecendo as exigências aqui impugnadas, resta claro que o resultado da licitação contemplará licitante específico, o que não se pode permitir. Importante registrar que a exclusão das cláusulas impugnadas em nada comprometerá a eficiência do certame, ao contrário, com a exclusão das cláusulas impugnadas abandona-se o vício apresentado no edital, alcançando-se a competitividade e legitimidade do certame, apresentando-se um processo legítimo, respeitador ao texto legal e aos princípios que regem as licitações públicas. É o que se espera

DOS PEDIDOS

Por tudo o que foi exposto e, demonstrada a ilegalidade das exigências direcionadoras, omissas e contraditórias vem a Impugnante, requerer o conhecimento e acolhimento da presente Impugnação, a fim de que Vossa Senhoria se digne em RETIFICAR o instrumento convocatório e as especificações hostilizadas, readequando o Edital em razão das ilegalidades apontadas, sob pena de viciado todos os demais atos do processo licitatório.

Data Vênia, a empresa Licitante requer ainda que:

- A) Sejam disponibilizados os valores de referencia da licitação.
- B) Que sejam definidos em quantos dias será realizado a convocação do licitante para realização da prova de conceito.
- C) Que seja excluída a exigência de 1(um) único fabricante para os equipamentos do Tipo I, Tipo II e Tipo III.



D) **Sejam revistas as especificações restritivas da competição** de forma que sejam escolhidas características e atributos técnicos indispensáveis à contratação, ao passo que a lei não admite **A PREFERENCIA POR DETERMINADA MARCA EM RAZÃO DE PREVALECER O PRINCÍPIO DE IGUALDADE ENTRE OS FORNECEDORES**. Pois as especificações não conferem semelhança aos produtos tidos como “bem comum”, já que as grandes marcas do produto não possuem produto compatível com as especificações trazidas no Edital. Caso não seja este o entendimento, sejam indicadas no mínimo 3(três) equipamentos para cada item, com seus respectivos modelos e que fique demonstrados que os mesmos atendam integralmente as especificações técnicas mínimas exigidas

Por fim, sugerimos que haja o imediato adiamento do referido certame, com a republicação do edital informando suas significativas alterações, possibilitando a participação de empresas que foram prejudicadas ao se depararem com tais exigências inapropriadas e ilegais. Sanando os princípios feridos da isonomia e da impessoalidade, restabelecendo o caráter competitivo, a ampla participação e a busca pela oferta mais vantajosa para o órgão, com base em todas as razões e direitos supracitados.

Juiz de Fora 29 de Fevereiro de 2024